



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO

Nº 2523

PROCESSO CETESB

Nº 115/2014
(e.amb. 009787/2018-42)

A Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Federal 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal 99.274, de 06 de junho de 1990, a Lei Estadual 13.542, de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente **Licença Ambiental de Instalação**, com base no Parecer Técnico nº 114/18/IE e na Licença Ambiental Prévia nº 2.606 de 12/03/2018 para:

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR

RAZÃO SOCIAL: CONCESSIONÁRIA ROTA DAS BANDEIRAS S.A.

CNPJ: 10.647.979/0001-48

LOGRADOURO: RODOVIA DOM PEDRO I, km 110+400, S/Nº

BAIRRO: SÍTIO DA MOENDA

CEP: 13252-800

MUNICÍPIO: ITATIBA

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

NOME: IMPLANTAÇÃO DA PERIMETRAL DE ITATIBA (SPI 081/360) E DUPLICAÇÃO DE TRECHO DA RODOVIA LUCIANO CONSOLINE (SP-063), ENTRE O KM 22+650 E O 24+650

LOGRADOURO: SPI 081/360 E RODOVIA LUCIANO CONSOLINE (SP-063)

MUNICÍPIO: ITATIBA

CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDIMENTO

IMPLANTAÇÃO DO LOTE 1 DAS OBRAS DA PERIMETRAL DE ITATIBA, EM TRECHO DE 440 M DE EXTENSÃO, DO KM 0+200 AO KM 0+640 (ESTACA 0 A 22).

OBSERVAÇÕES

- O empreendedor deverá comunicar à CETESB o início das obras.
- A presente Licença Ambiental de Instalação deverá permanecer no local do empreendimento.
- Previamente à operação do empreendimento deverá ser obtida a Licença Ambiental de Operação, sob pena de aplicação das penalidades previstas na legislação em vigor.
- A Licença Ambiental de Operação somente será concedida após o cumprimento das exigências relacionadas neste documento.
- A presente Licença Ambiental de Instalação não dispensa nem substitui quaisquer alvarás, licenças, autorizações ou certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal, bem como não significa reconhecimento de qualquer direito de propriedade.
- Integra a presente Licença 01 anexo.
- O prazo de validade desta Licença Ambiental de Instalação é de 06 (seis) anos, a contar da data de sua emissão.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem

Data: 26 / 03 / 2018

Ana Cristina Pasini da Costa
ANA CRISTINA PASINI DA COSTA (Diretora de Avaliação de Impacto Ambiental)





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

Folha 01/04

ANEXO

PROCESSO CETESB
 Nº 115/2014
 (e.amb. 009787/2018-42)

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N º 2523

O empreendedor deverá apresentar, para análise e aprovação da CETESB, o atendimento às seguintes exigências:

Durante a implantação do empreendimento

1. Comprovar, no prazo de 1 (um) mês da emissão da Licença Ambiental de Instalação – LI do Lote 01, a divulgação dos canais de recepção e atendimento de dúvidas da população, e apresentar a equipe técnica responsável, o cronograma das atividades, capacitação de mão de obra e as ações de comunicação relativas a interferências em vias e serviços públicos e desvios, se houver;
2. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Comunicação Social, comprovando as atividades desenvolvidas no período, principalmente o atendimento a dúvidas e reclamações e as ações realizadas para mitigação de incômodos à população, em especial à população diretamente afetada, os resultados obtidos, avaliação de desempenho do programa, a equipe técnica habilitada responsável, o cronograma de atividades para o próximo período, e os registros fotográficos datados;
3. Informar, no prazo de 1 (um) mês da emissão da LI do Lote 1, os responsáveis pela execução e recuperação ambiental das obras, com suas respectivas Anotações de Responsabilidade Técnica – ARTs.
4. Apresentar relatórios quadrimestrais de acompanhamento dos Programas e Subprogramas Ambientais da Fase de Construção (de Desapropriação e Apoio da População e Negócios, de Controle Ambiental das Obras - PCA, de Monitoramento da Água, de Monitoramento de Fauna e Flora, de Reposição Florestal, de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, de Educação Ambiental, de Monitoramento Ambiental das Obras, de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-obra, e de Gerenciamento de Áreas Contaminadas), comprovando por meio de registros fotográficos datados, a implementação de todas as medidas mitigadoras previstas. Deverão ser apresentados os mecanismos de gestão adotados, as não conformidades verificadas em campo, as respectivas ações corretivas adotadas e a equipe técnica responsável. Apresentar, para os programas de monitoramento, os resultados obtidos em planilhas eletrônicas editáveis (extensão xls, ou compatível); e a localização do empreendimento, de pontos amostrais e das áreas estudadas em arquivos raster (extensão GeoTIFF ou compatível) e vetorial (extensão shp. ou compatível), em UTM, Datum SIRGAS 2000.
5. Apresentar, no prazo de 1 (um) mês da emissão da LI do Lote 1, relatório fotográfico datado comprovando a implantação prévia dos sistemas de drenagem provisória, incluindo medidas de proteção do solo, medidas de disciplinamento e dissipação de energia das águas, dispositivos de contenção de sedimentos (bacias de contenção/ cacimbas) e estacas graduadas junto aos pontos de controle para a medição do nível de assoreamento durante as obras. Deverão constar ainda registros fotográficos atualizados dos corpos d'água e respectivas Áreas de Preservação Permanente – APPs.
6. Incluir, nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Subprograma de Prevenção e Controle de Erosão e Assoreamento, informações sobre as medidas adotadas no período, dispositivos implantados e/ou readequados, vistorias e medições realizadas nos pontos de controle por meio de estacas graduadas, eventuais serviços de desassoreamento realizados, registros fotográficos, etc,

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

Folha 02/04

ANEXO

PROCESSO CETESB
Nº 115/2014
(e.amb. 009787/2018-42)

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N º 2523

7. Apresentar, no prazo de 1 (um) mês da emissão da LI do Lote 1, atendimento às diretrizes do item 3.10 do Parecer Técnico nº 114/18/IE referentes ao Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS e Projeto Executivo dos locais de armazenamento temporário dos resíduos gerados durante as obras.
8. Apresentar, no 1º relatório quadrimestral de acompanhamento do Programa de Controle Ambiental das Obras – PCA, em foto aérea ou imagem de satélite, a localização do canteiro de obras e demais áreas de apoio previstas (depósitos de material excedente, áreas de empréstimo, acessos provisórios, etc.), incluindo o “layout” das instalações previstas no canteiro, em áreas livres de restrições ambientais. Caso o canteiro ou outras áreas de apoio estejam localizadas fora da faixa de domínio, deverá ser efetuado o cadastramento prévio das mesmas no Departamento de Avaliação Ambiental de Empreendimentos – IE, nos moldes da Resolução SMA 30/2000. No caso de áreas de apoio situadas em área urbana, deverá ser apresentada manifestação da Prefeitura Municipal. Caso sejam instaladas unidades industriais/usinas de concreto, asfalto, etc. ou outras fontes de poluição no canteiro, deverá ser solicitado o licenciamento complementar das mesmas na Agência Ambiental da CETESB.
9. Incluir nos relatórios quadrimestrais de acompanhamento do Programa de Mobilização e Desmobilização da Mão de Obra, informações sobre o contingente de trabalhadores contratados e desmobilizados no período, as capacitações realizadas, além de comprovar a priorização e contratação de trabalhadores locais.

Por ocasião da solicitação da LO

10. Apresentar relatório final do Programa de Comunicação Social com o balanço das atividades desenvolvidas durante as obras, eventuais não conformidades e respectivas medidas corretivas adotadas, a avaliação da efetividade do Programa e a equipe técnica responsável.
11. Apresentar relatório final dos Programas e Subprogramas Ambientais da Fase de Construção (de Desapropriação e Apoio da População e Negócios, de Controle Ambiental das Obras - PCA, de Monitoramento da Água, de Monitoramento de Fauna e Flora, de Reposição Florestal, de Patrimônio Arqueológico, Histórico e Cultural, de Educação Ambiental, de Monitoramento Ambiental das Obras, de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-obra, e de Gerenciamento de Áreas Contaminadas), ilustrado com fotos datadas, com o balanço das atividades realizadas e a avaliação da efetividade das medidas adotadas. Deverá ser comprovada a completa recuperação dos processos erosivos e de todas as áreas afetadas pelo empreendimento, incluindo os canteiros de obras e demais áreas de apoio, assim como a adequada destinação dos resíduos e efluentes gerados durante as obras
12. Apresentar manifestação do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN com a anuência para a emissão da Licença Ambiental de Operação, considerando os Ofícios nº 436/2018/IPHAN-SP-IPHAN e nº 657/2018/IPHAN-SP-IPHAN emitidos respectivamente em 29/02 e 20/03/2018.
13. Apresentar o detalhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do empreendimento, contemplando ações relativas à manutenção do plantio compensatório; avaliação e monitoramento da suficiência das estruturas de drenagem superficial e bueiros; levantamento e gerenciamento de passivos ambientais; comunicação social com as comunidades lindeiras; registros de acidentes com produtos perigosos e de incêndios gerados na faixa de domínio; ações de gerenciamento de

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

Folha 03/04

ANEXO

PROCESSO CETESB
 Nº 115/2014
 (e.amb. 009787/2018-42)

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N º 2523

resíduos; ações de combate ao abandono de animais domésticos nas estradas ou áreas lindeiras, entre outras.

14. Apresentar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS e Projeto Executivo dos locais de armazenamento temporário dos resíduos a serem gerados na fase de operação do empreendimento, conforme diretrizes dispostas no item 9.2.3 do Parecer Técnico nº 66/18/IE
15. Apresentar, após a apuração final do custo do empreendimento objeto do presente licenciamento, o relatório contábil, comprovando o montante efetivamente despendido na sua implantação, visando a realização de ajustes no valor destinado à compensação ambiental, cujo depósito, se houver, deverá ser realizado na mesma conta na qual foi efetuado o depósito originário, sendo tal depósito condicionante para a emissão da Licença de Operação
16. Incluir no relatório final do Programa de Mobilização e Desmobilização de Mão-de-Obra, o balanço sobre as capacitações realizadas, os empregos diretos e indiretos gerados, e a priorização de mão de obra local.
17. Incluir no relatório final do Programa de Desapropriação e Apoio a População e Negócios o balanço das atividades realizadas; as negociações amigáveis firmadas ou imissões provisórias na posse obtidas e representadas em planta (escala 1:5.000) com as delimitações das propriedades e a situação legal de cada propriedade; e a avaliação crítica dos resultados obtidos
18. Apresentar atualização do Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR e Plano de Ação de Emergência – PAE da Concessionária, incluindo o novo segmento viário implantado (Perimetral de Itatiba) e a duplicação de trecho da Rodovia Luciano Consoline (SP-063), com base nas diretrizes apresentadas na Decisão de Diretoria – DD nº 070 da CETESB de 12/04/16.
19. Comprovar a instalação de sistema de proteção de recursos hídricos para a contenção de produtos perigosos visando a prevenção de impactos sobre a captação para abastecimento público, e as demais medidas preventivas adotadas nos trechos considerados críticos para a proteção dos recursos hídricos presentes ao longo do traçado.
20. Apresentar a situação de atendimento ao cronograma do Termo de Compromisso de Recuperação Ambiental – TCRA firmado junto à CETESB.
21. Incluir no relatório final do Programa de Monitoramento da Flora e Fauna a proposta da continuidade do Subprograma de Monitoramento da Fauna durante os três primeiros anos da operação.
22. Incluir, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, o detalhamento das medidas propostas para conscientização, prevenção e planos de emergência para combate a incêndios nos remanescentes florestais.
23. Apresentar um Subprograma de Monitoramento dos Atropelamentos de Fauna detalhado, no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, contemplando as diretrizes indicadas no item 9.3.6 do Parecer Técnico nº 066/18/IE.

Durante a operação do empreendimento

24. Apresentar relatórios anuais de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação do empreendimento, contemplando a implementação das ações propostas, adequações necessárias, resultados obtidos, demais atividades realizadas no período para melhoria ambiental e propostas para o próximo período.

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE
COMPANHIA AMBIENTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO - CETESB

ANEXO

Folha 04/04

PROCESSO CETESB
 N° 115/2014
 (e.amb. 009787/2018-42)

O presente anexo é parte integrante da LICENÇA AMBIENTAL DE INSTALAÇÃO N ° 2523

25. Apresentar a comprovação de parceria com instituições que receberão os animais vivos vítimas de ocorrências na rodovia em operação, e informações sobre a capacidade das mesmas e grupos faunísticos a serem atendidos.
26. Apresentar relatórios anuais do Subprograma de Monitoramento dos Atropelamentos de Fauna, informando sobre as atividades desenvolvidas, resultados obtidos no monitoramento e avaliação da efetividade das passagens de fauna implantadas, incluindo a proposta de adoção de novas medidas mitigadoras, caso se façam necessárias.
27. Apresentar, no âmbito do primeiro relatório anual de acompanhamento do Programa de Gestão Ambiental da Operação, os resultados da 2ª campanha de medição de níveis de ruído, em conformidade com o "Procedimento para Medição de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes" (Decisão de Diretoria CETESB n° 100/2009/P de 19/05/09) e com a "Regulamentação de Níveis de Ruído em Sistemas Lineares de Transportes" (Decisão de Diretoria CETESB n° 389/2010/P de 24/12/10).

XX
 XX

O presente documento foi emitido sem rasura e/ou colagem